

BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE NATAL

Estudo Técnico Preliminar 27/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64241.001498/2026-15

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo tem por objetivo a futura aquisição de material permanente para o setor de abastecimento (PASA ND-52) para atender as necessidades da Base Administrativa da Guarnição de Natal (B Adm Gu Natal), órgão gerenciador do processo, bem como as Organizações Militares Vinculas/OMV (17º GAC, 16º BI Mtz e 7ª Bda Inf Mtz), além dos demais órgãos participantes do Grupo de Coordenação e Acompanhamento das Licitações e Contratos - GCALC, (HGuN e 7º BE Cmb), tudo de acordo com a **"Quadro 1" do Item 1**, do Termo de Referência, e em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Edital.

2.2. A presente necessidade decorre da urgência em promover o reequipamento e a modernização das estruturas de abastecimento das Organizações Militares (OM) identificadas. Identificou-se que os atuais parques de equipamentos de cozinha e estocagem dessas OMs apresentam graus avançados de obsolescência e desgaste natural, fruto do uso ininterrupto em regime industrial. Tal cenário compromete a capacidade de preparo de refeições e a conservação de gêneros alimentícios, impactando diretamente o bem-estar e a prontidão do efetivo guarnecido.

2.3. Na qualidade de **Órgão Gerenciador**, a B Adm Gu Natal busca-se a centralização desta aquisição para garantir a padronização tecnológica e de qualidade entre as unidades atendidas. A gestão centralizada visa otimizar os processos de logística e manutenção futura, além de assegurar que todas as unidades, independentemente de sua dotação orçamentária individual imediata, operem sob os mesmos critérios de segurança alimentar e eficiência produtiva exigidos pelas normas vigentes.

2.4. A estratégia de utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP), gerenciado pela B Adm Gu Natal, justifica-se pela economia de escala e pela racionalização administrativa. Ao consolidar as demandas das quatro unidades distintas, a Administração Pública amplia seu poder de negociação junto ao mercado, obtendo preços mais vantajosos e reduzindo o custo operacional do certame. Além disso, essa estrutura permite um atendimento célere às necessidades de substituição de equipamentos críticos cujas falhas inesperadas podem paralisar o funcionamento dos ranchos.

2.5. Por fim, a descrição desta necessidade está alinhada ao compromisso da Guarnição com a sustentabilidade e a economicidade. A aquisição de equipamentos modernos, com maior eficiência energética e ergonomia, não apenas reduz o consumo de recursos públicos (energia e água), mas também garante a conformidade com as normas de segurança do trabalho (NR-12) e sanitárias (RDC 216/ANVISA). Assim, a contratação se mostra imprescindível para assegurar a continuidade do apoio administrativo e logístico necessário às atividades fim das Unidades Militares apoiadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
B Adm Gu Natal/Almoxarifado	PAULO ROMEU MESQUITA- 1º Sgt
17º GAC /Almoxarifado	WOLNEY FRANCISCO PEREIRA DE OLIVEIRA - 2º Ten
16º BI Mtz/Setor de Material	MONIQUE PAULA RIBEIRO DOS SANTOS - Asp Of
Cmdo 7ª Bda Inf Mtz/Almoxarifado	GABRIEL TORRES NUNES DA SILVA - 2º Ten

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os materiais a serem adquiridos deverão atender a requisitos que garantam sua plena adequação às necessidades apontadas no item 2 deste documento, de forma a dar suporte às atividades administrativas desenvolvidas pelas Organizações Militares (OM).

4.2. Os equipamentos a serem adquiridos devem, obrigatoriamente, atender a requisitos de alto desempenho e robustez industrial, compatíveis com o regime de uso severo e ininterrupto das cozinhas militares da Guarnição de Natal. É indispensável que os materiais de fabricação, especialmente para itens que mantêm contato direto com alimentos (como caldeirões, chapas e amaciadores), sejam em **aço** inoxidável de alta resistência, garantindo a assepsia necessária e a proteção contra a corrosão em ambiente de alta salinidade, característica da região litorânea de Natal. Além disso, todos os equipamentos eletroeletrônicos devem apresentar conformidade com as normas técnicas brasileiras (ABNT/Inmetro) e possuir selos de eficiência energética (Procel), visando a sustentabilidade e a redução de custos operacionais das Unidades.

4.3. No que tange à segurança do trabalho, os itens mecânicos e motorizados devem estar em estrito cumprimento com a **Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12)**, apresentando dispositivos de parada de emergência e proteções que impeçam acidentes durante a operação pelos militares e servidores. Quanto à precisão e controle, os equipamentos de medição (balanças digitais) e refrigeração (freezers) devem oferecer interfaces de fácil leitura e calibração, assegurando o rigoroso controle de estoque e a manutenção das temperaturas críticas exigidas pela vigilância sanitária.

4.4. A logística de entrega e a assistência técnica configuram-se como requisitos primordiais para a B Adm Gu Natal e as demais unidades participantes. As empresas licitantes deverão garantir a entrega dos bens montados e instalados, quando necessário, realizando os testes de funcionamento no local de destino. Adicionalmente, exige-se a prestação de **garantia técnica mínima de 12 meses** e a comprovação da existência de rede de assistência técnica autorizada na região metropolitana de Natal/RN, assegurando que eventuais falhas não paralise o fluxo de provisionamento por períodos prolongados devido à falta de peças ou mão de obra qualificada.

4.5. Como critério de aceitabilidade, os produtos deverão ser entregues acompanhados de seus respectivos manuais de instrução em língua portuguesa e certificados de garantia. O fornecedor deverá ainda, caso solicitado para equipamentos de maior complexidade, realizar um treinamento básico de operação e manutenção preventiva para os militares da Seção de Provisionamento, garantindo a maximização da vida útil do patrimônio público adquirido.

4.6. O fornecedor deverá prestar suporte para substituição de itens defeituosos durante o prazo de garantia.

4.7. Os itens deverão ser entregues nas dependências da Unidade Militar demandante, em dias e horários previamente estabelecidos pela Administração (para detalhamento consultar o TR). O recebimento provisório será condicionado à **verificação quantitativa e qualitativa** dos materiais.

4.7.1. Os materiais devem ser entregues em sua embalagem original (do fabricante), contendo dados de identificação, lote e validade.

4.7.2. Entregas parciais devem ser realizadas somente com autorização prévia da Administração.

4.8. Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental

4.8.1. A contratada deverá cumprir as diretrizes de sustentabilidade ambiental conforme a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 01/2010 e o Art. 44 da Lei nº 14.133/2021, priorizando produtos que apresentem menor impacto sobre os recursos naturais.

4.8.2. Eficiência Energética: Os equipamentos eletroeletrônicos (freezers, bebedouros e refrigeradores) deverão, obrigatoriamente, apresentar baixo consumo de energia, comprovado preferencialmente pelo Selo Procel de Economia de Energia (Classificação A) ou certificação equivalente do INMETRO, visando a redução de custos operacionais das Organizações Militares atendidas.

4.8.3. Logística Reversa e Descarte: Em observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o fornecedor deverá assegurar que as embalagens e materiais de proteção usados no transporte (paletes, plásticos e calços) sejam recolhidos ou destinados a centros de reciclagem. Para equipamentos que

contenham gases refrigerantes (freezers), estes deverão ser livres de CFC (Clorofluorcarbonetos), protegendo a camada de ozônio.

4.8.4. Durabilidade e Manutenibilidade: Como critério de sustentabilidade e responsabilidade fiscal, será priorizada a aquisição de bens de alta durabilidade e que permitam a substituição de peças, evitando o descarte precoce do equipamento (obsolescência programada). O acabamento em aço inoxidável é requisito preferencial por sua vida útil prolongada e facilidade de higienização sem necessidade de produtos químicos agressivos ao meio ambiente.

4.8.5. Baixa Toxicidade e Ruído: Os materiais e componentes não devem emitir substâncias tóxicas durante o uso e devem respeitar os limites de emissão de ruídos estabelecidos pelas normas técnicas (ABNT), visando a saúde ocupacional dos militares que operam no setor de abastecimento.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Sobre esse ponto realizou-se uma análise abrangente do mercado de equipamentos de cozinha industrial e refrigeração, buscando identificar tecnologias que atendessem simultaneamente aos requisitos de robustez militar e eficiência energética. A pesquisa considerou não apenas o valor de aquisição, mas também a disponibilidade de peças de reposição e a capilaridade da assistência técnica na região metropolitana de Natal/RN. Verificou-se que o mercado oferece uma vasta gama de equipamentos em aço inoxidável e com certificações de segurança (NR-12) e eficiência (Procel), o que permite uma ampla competitividade no certame.

5.2. A metodologia para estimativa de preços e verificação de viabilidade econômica seguiu estritamente os parâmetros da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**. Foram consultados painéis de preços governamentais, contratações similares realizadas por outras Organizações Militares e órgãos da Administração Pública Federal. Essa cesta de preços garantiu a identificação de um valor médio de mercado condizente com a realidade atual, mitigando riscos de sobrepreço ou de propostas inexequíveis.

5.3. No tocante à modalidade de fornecimento, o levantamento de mercado indicou que o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** é a solução mais vantajosa para a Guarnição de Natal. Dado que a demanda envolve 04 (quatro) Unidades Militares com cronogramas de substituição patrimonial distintos, o SRP permite que a B Adm Gu Natal, como Órgão Gerenciador, promova uma única licitação de grande escala, gerando economia de custo processual e permitindo que as unidades participantes realizem as aquisições de acordo com a disponibilidade de seus créditos orçamentários ao longo da validade da ata.

5.4. Por fim, a análise concluiu pela inexistência de monopólio ou restrição de marcas para os itens solicitados. O mercado de grandes equipamentos de cozinha é altamente atomizado, com diversos fabricantes nacionais e distribuidores regionais capazes de atender às especificações técnicas descritas. Assim, a descrição dos objetos pautou-se em características de desempenho e qualidade, sem direcionamentos, garantindo que a futura licitação observe o princípio da isonomia e selecione a proposta mais vantajosa para a União.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo consiste na aquisição, via Sistema de Registro de Preços (SRP), de equipamentos de cozinha e refrigeração de linha industrial para o reequipamento do setor de abastecimento das Organizações Militares.

6.2. A estratégia foca na substituição de itens obsoletos por tecnologias modernas em aço inoxidável, com alta eficiência energética (Selo Procel) e plena conformidade com as normas de segurança (NR-12) e sanitárias (ANVISA). A solução centraliza a compra para obter economia de escala, padronizar a infraestrutura logística da Guarnição e garantir o suporte técnico local, assegurando que a produção de refeições e a hidratação da tropa ocorram sem interrupções e com o menor custo de manutenção possível.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição dos quantitativos baseia-se na metodologia do consumo histórico e na análise do controle de estoque das 04 (quatro) Organizações Militares participantes. Para o presente exercício, os números foram projetados com base nas aquisições e manutenções

realizadas no ano anterior, assegurando que o Registro de Preços reflita a demanda real de substituição e complementação patrimonial das Unidades.

7.2. Considerando que a dotação orçamentária para material permanente é limitada e disponibilizada de forma fracionada ao longo do ano, a solução pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se a mais adequada. Ela permite que a B Adm Gu Natal e as demais OMs realizem as aquisições de forma escalonada, "conforme a necessidade e a disponibilidade de crédito", sem a obrigatoriedade de compra imediata do total estimado.

7.3. Dessa forma, a estimativa apresentada no Termo de Referência busca o equilíbrio entre a necessidade de modernização dos ranchos e a realidade fiscal, evitando a formação de estoques ociosos e garantindo que cada Unidade adquira apenas o estritamente necessário para a manutenção de suas atividades de aprovisionamento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O custo estimado da contratação encontra-se pormenorizado no item 9. do Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 determina que as contratações públicas devem ser divididas em tantas parcelas quanto forem técnica e economicamente viáveis, a fim de ampliar a competitividade e garantir maior número de licitantes interessados. Isso significa que o parcelamento da compra seria uma medida preferencial quando possível, pois promove uma maior participação de fornecedores, inclusive de pequeno porte, aumentando a concorrência e, conseqüentemente, potencializando a obtenção de melhores preços.

9.2. Com base nesse dispositivo, optou-se pela divisão do objeto em itens individuais. Esta decisão fundamenta-se na viabilidade técnica e na busca pela maior vantagem econômica, uma vez que a diversidade de nichos (refrigeração, pesagem, cocção) permite a participação direta de fabricantes especializados. O parcelamento amplia a competitividade, favorece a participação de micro e pequenas empresas e mitiga o risco de desabastecimento, sem prejuízo à padronização ou à economia de escala, que será mantida pelo volume total licitado para a Guarnição.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A plena eficácia desta aquisição de materiais permanentes está vinculada à existência e ao alinhamento de **contratações correlatas**, essenciais para o ciclo de vida dos equipamentos. Destaca-se, primordialmente, a necessidade de contratos vigentes de manutenção preventiva e corretiva, garantindo que, após o período de garantia técnica, os bens permaneçam operacionais e não sofram interrupções por falta de peças ou mão de obra especializada. Da mesma forma, a execução desta solução depende da continuidade dos contratos de fornecimento de insumos básicos, como Gêneros de Alimentação (víveres), Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e materiais específicos de higienização industrial, que constituem a finalidade fim do setor de aprovisionamento.

10.2. Adicionalmente, as Unidades Militares apoiadas devem observar a interdependência entre os novos equipamentos e a infraestrutura física existente. Caso as instalações elétricas e hidráulicas das Organizações Militares apresentem defasagem, será necessária a contratação de serviços de adequação para suportar a carga e as especificações dos novos itens industriais. Por fim, a contratação também se relaciona com os processos de **gestão de resíduos e desfazimento (alienação)**, uma vez que a entrada dos materiais novos gerará a necessidade de triagem e destinação ambientalmente adequada dos bens obsoletos e inservíveis que serão substituídos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação guarda total consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA) da Base Administrativa da Guarnição de Natal para o exercício vigente, estando devidamente registrada. O planejamento desta aquisição foi precedido por uma análise de prioridades operacionais, na qual a modernização do setor de aprovisionamento foi elencada como área crítica para a manutenção do apoio logístico às Unidades Militares da Guarnição.

11.2. Considerando o teto orçamentário global destinado à aquisição de materiais permanentes para as Organizações Militares envolvidas, a estratégia de contratação foi estruturada para garantir a máxima eficiência no uso dos recursos. O valor estimado para os itens de aprovisionamento foi calculado de forma a não comprometer a reserva orçamentária necessária para outras demandas de capital igualmente essenciais, assegurando um equilíbrio entre o reequipamento das cozinhas e as demais necessidades patrimoniais da Guarnição.

11.3. O alinhamento estratégico também se reflete na adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP). Dado que o recurso disponível é finito e deve atender a múltiplas frentes, o SRP permite que a B Adm Gu Natal realize o empenho e a liquidação dos itens conforme a descentralização dos créditos orçamentários ao longo do ano. Isso evita o risco de fragmentação indevida de despesas e permite que o ordenador de despesas ajuste o cronograma de compras à realidade do fluxo de caixa, garantindo que nenhum item seja adquirido sem o respectivo lastro financeiro, em estrita observância à Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.4. Dessa forma, a contratação não apenas cumpre uma meta administrativa prevista no PCA, mas materializa o **Princípio da Eficiência**, ao converter um orçamento limitado em incremento real na capacidade de subsistência e bem-estar do efetivo militar, otimizando o gasto público por meio de uma solução técnica robusta e planejada.

12. Resultados Pretendidos

12.1. O principal resultado pretendido com esta contratação é a **garantia da continuidade e da excelência do serviço de aprovisionamento** nas Organizações Militares apoiadas pela B Adm Gu Natal. Espera-se que, com a substituição dos equipamentos obsoletos, haja uma redução imediata no tempo de preparo das refeições e uma melhoria significativa na capacidade de conservação de gêneros perecíveis. Isso reflete diretamente na manutenção da higidez física e do moral da tropa, assegurando que o suporte logístico de subsistência esteja à altura das necessidades operacionais da Guarnição.

12.2. Sob o aspecto da **eficiência administrativa e econômica**, busca-se a otimização dos recursos públicos por meio da redução de gastos com manutenções corretivas frequentes, que oneram o orçamento de custeio sem oferecer soluções definitivas. A introdução de equipamentos com alta eficiência energética e durabilidade estendida (aço inox) permitirá uma gestão patrimonial mais sustentável, reduzindo o consumo de energia elétrica e prolongando o intervalo entre ciclos de reposição de material permanente, respeitando o teto orçamentário estabelecido.

12.3. No âmbito da **segurança e conformidade legal**, a contratação visa mitigar riscos jurídicos e sanitários. Pretende-se que 100% dos equipamentos operem em estrita observância à NR-12 e às normas da ANVISA, eliminando vulnerabilidades que possam causar acidentes de trabalho ou contaminações alimentares. Ao final do processo, a Guarnição de Natal deverá contar com uma infraestrutura de aprovisionamento modernizada, padronizada e plenamente capaz de atender ao efetivo previsto com segurança, precisão e responsabilidade fiscal.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para garantir a máxima eficiência e mitigar riscos na execução do registro de preços, deverão ser adotadas as seguintes providências:

a) Conformidade com o Planejamento Institucional (PCA): Ratificar que os itens solicitados estão devidamente alinhados ao Plano de Contratações Anual (PCA), conforme exige o art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Em caso de ajustes de quantitativos ou inclusão de novos itens de material permanente para as OMs apoiadas, deve-se formalizar a justificativa de excepcionalidade junto ao Ordenador de Despesas antes da publicação do edital, garantindo a integridade do planejamento orçamentário.

b) Gerenciamento de Riscos e Garantia da Qualidade: Estabelecer uma matriz de riscos focada em descumprimentos técnicos. Para equipamentos de cozinha industrial, deve-se prever mecanismos de verificação (como exigência de catálogos técnicos detalhados e declarações de conformidade com as NRs) para evitar a entrega de bens de linha doméstica em substituição à linha industrial. Devem ser definidas sanções claras e proporcionais para atrasos na entrega ou entrega de produtos em desacordo com as especificações de material (ex: aço inox de baixa resistência).

c) Refinamento da Pesquisa de Preços (Cesta de Indicadores): Consolidar o levantamento de mercado utilizando a "cesta de preços" preconizada pela IN SEGES/ME nº 65/2021, priorizando preços públicos de

órgãos que realizaram compras similares (como outras Organizações Militares ou Hospitais Públicos). Essa providência visa blindar o processo contra sobrepreços e garantir que os valores estimados suportem a logística de entrega e instalação na Guarnição de Natal.

d) Verificação de Infraestrutura e Logística de Recebimento: Realizar o reconhecimento prévio das instalações físicas nos ranchos das 04 Unidades participantes. Esta providência deve assegurar que os locais de instalação possuam acesso para descarregamento de grandes volumes (como freezers e caldeirões) e que a infraestrutura elétrica/hidráulica esteja pronta para a conexão imediata dos equipamentos, evitando que materiais permanentes fiquem ociosos ou sofram avarias por armazenamento inadequado em pátios ou depósitos improvisados.

e) Designação e Treinamento da Equipe de Fiscalização: Antecipar a designação dos fiscais técnico e administrativo, garantindo que os militares responsáveis pelo recebimento (Comissões de Recebimento de Material) tenham pleno conhecimento das especificações do Termo de Referência. Recomenda-se que a equipe de fiscalização esteja apta a realizar testes de funcionamento no ato da entrega, assegurando que o bem patrimoniado esteja em perfeitas condições de uso.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Embora a aquisição de materiais permanentes para o abastecimento vise a modernização e a eficiência, ela gera impactos ambientais em diferentes fases do ciclo de vida dos equipamentos. No contexto de uma Unidade Militar como a B Adm Gu Natal e OMs, esses impactos devem ser mapeados para que as medidas mitigadoras (já citadas no item de sustentabilidade) façam sentido técnico. Assim os principais impactos ambientais decorrentes desta contratação podem advir das seguintes etapas:

14.1.1. Fase de Entrega e Instalação

- **Geração de Resíduos Sólidos (Embalagens):** O recebimento de grandes equipamentos (freezers, caldeirões, chapas) gera um volume considerável de resíduos, como pallets de madeira, plásticos tensionados (stretch), calços de poliestireno expandido (isopor) e caixas de papelão. Se não houver logística reversa, esses materiais sobrecarregam os sistemas de coleta seletiva da Guarnição.
- **Emissões Atmosféricas no Transporte:** O deslocamento logístico dos materiais, muitas vezes vindos de outras regiões do país até Natal/RN, contribui para a emissão de gases de efeito estufa (GEE) devido à queima de combustíveis fósseis pelos veículos de carga.

14.1.2. Fase de Operação (Uso Diário)

- **Consumo de Recursos Energéticos:** Equipamentos de cocção e refrigeração industrial são grandes consumidores de energia elétrica e GLP. O impacto ambiental está diretamente ligado à demanda sobre a matriz energética; equipamentos ineficientes aumentam a pegada de carbono da Unidade Militar.
- **Emissão de Gases Refrigerantes:** Equipamentos de refrigeração (freezers e bebedouros) utilizam fluidos para o controle térmico. O impacto ocorre em caso de vazamentos ou manutenção inadequada, onde gases como os CFCs (em modelos antigos) ou HFCs podem contribuir para a degradação da camada de ozônio ou para o aquecimento global.
- **Consumo de Água:** Caldeirões industriais e a higienização constante de equipamentos de aço inox demandam um volume significativo de água, impactando as reservas hídricas locais se não houver um controle de vazamentos e uso racional.

14.1.3. Fase de Manutenção e Higienização

- **Efluentes Químicos:** A limpeza de chapas e amaciadores de carne exige o uso de detergentes desengordurantes e produtos sanitizantes. O descarte desses efluentes na rede de esgoto, sem o devido tratamento ou em excesso, pode causar a contaminação de corpos hídricos e afetar a fauna e flora local.
- **Resíduos de Manutenção:** A troca de peças, óleos lubrificantes de motores (amaciadores) e componentes eletrônicos gera resíduos perigosos que necessitam de descarte especializado para evitar a contaminação do solo.

14.1.4. Fase de Descarte (Final da Vida Útil)

- **Geração de Sucata e Lixo Eletrônico:** Ao final de sua vida útil (estimada em 10 a 15 anos para itens de inox), os equipamentos tornam-se resíduos sólidos volumosos. O impacto negativo ocorre se o material for depositado em lixões comuns, enquanto o impacto positivo (economia circular) pode ser gerado através da alienação para reciclagem do metal.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Diante das análises técnicas e econômicas realizadas, a equipe de planejamento conclui pela **total viabilidade da contratação** para aquisição de material permanente destinado ao Setor de Aprovisionamento da Guarnição de Natal. A solução proposta, via Sistema de Registro de Preços sob gestão da B Adm Gu Natal, mostrou-se a mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que:

1. **Mérito e Necessidade:** Restou comprovada a urgência na substituição de equipamentos obsoletos para garantir a segurança alimentar e a manutenção do potencial operacional de 04 Organizações Militares.
2. **Adequação Orçamentária:** A contratação está devidamente prevista no **PCA** e alinhada ao teto de gastos, permitindo a execução escalonada conforme a disponibilidade de recursos.
3. **Eficiência de Mercado:** O parcelamento por itens garantirá a ampla competitividade e a seleção de propostas economicamente mais vantajosas, com suporte técnico regionalizado.
4. **Sustentabilidade:** Os requisitos estabelecidos asseguram a aquisição de bens de alta durabilidade e baixo consumo energético, mitigando os impactos ambientais identificados.

Assim, com base no Art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, esta equipe declara que a contratação é **tecnicamente possível e juridicamente viável**, estando o presente Estudo Técnico Preliminar apto a subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

Natal/RN, 20 de abril 2026.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIOMAR RODRIGUES MAIA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 11:55:33.

TANIELLI ERICA DE OLIVEIRA TARGINO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 11:54:33.